

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.958 - SP (2019/0293284-9)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **INACIO RIBEIRO DA CUNHA**
ADVOGADOS : **FABIANA DE SOUZA - SP306459**
 LILIAN FARIA ANDRADE - SP417790
 NATHALIA ALVES DE SOUZA - SP424651
RECORRIDO : **ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA**
ADVOGADO : **FABIANA DE SOUZA - SP306459**
AGRAVANTE : **NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A**
ADVOGADO : **DANILO LACERDA DE SOUZA FERREIRA - SP272633**
AGRAVADO : **INACIO RIBEIRO DA CUNHA**
ADVOGADOS : **FABIANA DE SOUZA - SP306459**
 LILIAN FARIA ANDRADE - SP417790
 NATHALIA ALVES DE SOUZA - SP424651

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por INÁCIO RIBEIRO DA CUNHA, fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional, no qual se discute, quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

A questão de direito foi afetada para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1034), o que impõe a suspensão do presente recurso perante o Tribunal de origem, até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 256-L, I, do RISTJ, incluído por meio da Emenda Regimental 24, de 28/09/2016.

Salienta-se, por oportuno, que, após o pronunciamento desta Corte, o recurso especial deve ser analisado na forma prevista nos arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015.

Forte nessas razões, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que permaneça suspenso o recurso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra